



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Introdução

De acordo com o preconizado no artigo 75º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro os Municípios, as entidades intermunicipais e entidades associativas municipais apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

1.1 Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

1.1.1 Período de relato, referencial contabilístico e demonstrações financeiras

O Município de Nisa adotou, com efeitos a 1 de janeiro de 2020, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). Nesse âmbito, as demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo esse sistema contabilístico.

As demonstrações financeiras reportam-se ao período compreendido entre 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

1.1.2 Perímetro de Consolidação

Do cumprimento no disposto no n.º 6 do art.º 75 da Lei 73/2013, de 3 de setembro, o perímetro de consolidação legalmente obrigatório integra as entidades detidas ou participadas e controladas de forma direta e indireta no final do exercício económico a consolidar, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

Handwritten signatures in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below.



Explicativas

Independentemente da percentagem, de participação ou detenção, devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que integram o setor empresarial local.

À data de 31 de dezembro de 2022 o perímetro de consolidação do Município de Nisa, para além do próprio Município, integra a seguinte entidade:

Empresa Intermunicipal – Águas do Alto Alentejo, EIM, S.A

Sede Social – Campo da Restauração, 7400-223 Ponte de Sor

Atividade Principal - exploração e gestão dos sistemas 'em baixa' de abastecimento de água e saneamento de águas residuais dos Municípios de Alter do Chão, Arronches, Castelo de Vide, Crato, Fronteira, Gavião, Marvão, Nisa, Ponte de Sor e Sousel.

1.1.3 Informação sobre a não aplicação da NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental

Em conformidade com a NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, que faz parte o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), a consolidação orçamental efetua-se pelo método da consolidação simples, o qual se traduz na soma algébrica de rúbricas equivalentes de recebimentos e pagamentos para a Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza. Após estas operações, procede-se à eliminação dos saldos resultantes de recebimentos e pagamentos de operações internas e de liquidações e obrigações recíprocas por naturezas.

O perímetro de consolidação é constituído pelo Município e pela sua participada Águas do Alto Alentejo, E.I.M., S.A. (adiante designada por AAA), cuja participação é 14,99%. Considerando que esta participada aplica SNC e não dispõe de demonstrações orçamentais, não são apresentadas Demonstrações Orçamentais Consolidadas e a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada.

O paragrafo 23 da NCP 26 do SNC-AP define o perímetro de consolidação orçamental, que será composto pelo conjunto de entidades incluídas neste subsector nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'H' at the top, followed by several stylized signatures and initials.

Explicativas

Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais. Com base nesse pressuposto o grupo municipal reflete-se da seguinte forma:

Descrição	Entidade incluída contas setoriais do INE	Incluir
Município de Nisa	N.A	Sim
Águas do Alto Alentejo, EIM, SA	Não	Não

1.1.4 Procedimentos e métodos de consolidação

Método de Consolidação

Aplicar-se-á o método de consolidação de equivalência patrimonial para a empresa Águas do Alto Alentejo, EIM, SA detida a 6,92%, considerando a NCP23 paragrafo 5, o enquadramento dado pela Lei 50/2012, de 31 agosto, art.º 7º e 19º e articulando com a Lei 73/2013, de 30 de setembro .

Conforme disposto no nº 8 do artigo 75.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para consolidação de contas de municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do setor público administrativo.

Tendo em conta a conjugação do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais com a NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, **foi adotado o método da equivalência patrimonial**, que basicamente consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.





Explicativas

Eliminação dos resultados de operações internas / eliminação recíprocas

Os resultados de transações descendentes e ascendentes entre um investidor e uma investidora devem ser considerados nas contas do investidor somente na medida em que correspondem ao interesse dos outros investidores. Assim, a parte do investidor nos resultados da investida resultantes destas transações devem ser eliminados.

No ano de 2020, em termos de balanço, não existiram operações/transações recíprocas para além das que resultaram da subscrição e realização do capital social associado à constituição da AAA, e que foi de 2.572.696,00 euros. Durante o exercício de 2021 incrementou a sua participação em 89.067 euros perfazendo à data de 31.12.2021, um montante de 2.661.763,00 euros

No ano de 2022 procedeu-se ao ajustamento da sua participação pelo método da equivalência patrimonial que incrementou a sua participação em 916.484,00 euros, assim o valor registado no seu balanço relativo a esta participação financeira à data de 31.12.2022 apresenta-se em 3.578.246,69 euros.

No ano de 2022, no âmbito das atividades desenvolvidas pelo Águas do Alto Alentejo, EIM SA, o Município suportou encargos de 34.884,45 euros, os quais estão reconhecidas na rubrica transferências correntes e subsídios concedidos. Estas transações estão reconhecidas como gasto no Município e como rendimento nas Águas do Alto Alentejo, EIM SA, em igual montante, pelo que não existem lucros ou prejuízos subjacentes que não tenham sido realizados.

Homogeneização

Nos termos do ponto "5 - Requisitos contabilísticos" da NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, as políticas contabilísticas de todas as entidades consolidadas devem ser uniformes e estar em conformidade com as políticas contabilísticas do Grupo Público.

Da análise realizada não detetamos diferenças significativas entre as políticas contabilísticas adotadas pelo Município de Nisa (SNC – AP) e Aguas do Alto Alentejo (SNC-NCRF).

Demonstrações Financeiras Resumidas



Explicativas

Apresentamos de forma sucinta as principais rubricas das entidades, no período de relato:

Descrição	Ativo	Património Líquido/ Capital Próprio	Passivo	Resultado Líquido	Rendimento	Gasto
Município de Nisa	53 569 596,22	50 938 934,89	2 630 661,33	-436 241,29	11 513 301,54	-11 949 542,83
Águas do Alto Alentejo, EIM, SA	26 488 452,05	23 870 891,82	2 617 560,23	208 368,15	6 290 201,24	-6 081 833,09

1.2 Legislação

- Lei nº75/2013, de 12 de Setembro
- Regime Financeiro das Autarquias Locais – Lei n.º73/2013, de 3 de setembro
- Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)
- Código do Procedimento Administrativo – Decreto Lei n.º4/2015, de 07 de Janeiro

A informação mais detalhada relativa à entidade, o período de relato e o referencial contabilístico adotado na preparação das demonstrações financeiras encontra-se no anexo I e o organograma no anexo II.

De seguida, apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Desagregação de caixa e depósitos

Conta	2022		2021	
Caixa		3 854,24 €		3 603,98 €
Depósitos à ordem		3 328 664,35 €		3 031 509,13 €
Depósitos bancários à ordem	3 328 664,35 €		3 031 509,13 €	
Depósitos a prazo		319 176,88 €		358 240,38 €
Total de caixa e depósitos		3 651 695,47 €		3 393 353,49 €

2 — Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 Bases de Mensuração usadas na Preparação das demonstrações financeiras



Explicativas

Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas na base no princípio da continuidade das operações e em conformidade com os conceitos contabilísticos fundamentais de comparabilidade, consistência, especialização dos exercícios, substância sob a forma, não compensação e materialidade, respeitando as características qualitativas da relevância, da fiabilidade, da compreensibilidade, da oportunidade, da comparabilidade e da verificabilidade.

Continuidade

O órgão executivo procedeu à avaliação da capacidade do Município operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o órgão executivo concluiu que a CIM-BSE dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Outras Contas a Receber e Outras Contas a Pagar".

Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'F', 'FV', 'A', 'M', 'C', and 'A'.



Explicativas

devidamente Identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada Informação flável e mais relevante.

Materialidade e Agregação

A relevância da Informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou Inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para Justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à Importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas.

Políticas Contabilísticas Relevantes

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Moeda de apresentação

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the number '71' and '27'.



As demonstrações financeiras estão apresentadas em euros, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação.

Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Todos os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram, inicialmente, mensurados pelo seu custo. A mensuração subsequente assenta no custo de aquisição deduzido das depreciações do período contabilístico, calculadas com base nas vidas úteis expressas pelo Classificador Complementar, assim como eventual existência de imparidades sobre os ativos.

Ativos intangíveis

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados, no reconhecimento, pelo seu custo. A mensuração subsequente assenta no custo de aquisição deduzido das amortizações do período contabilístico, calculadas com base nas vidas úteis expressas pelo Classificador Complementar, assim como eventual existência de imparidades sobre os ativos.

Participações financeiras

As participações financeiras estão mensuradas, no reconhecimento inicial pelo seu custo. A mensuração subsequente assenta na aplicação do MEP, para a participação detida na sociedade Águas do Alto Alentejo EIM, pelo que a mesma se encontra ajustada em função dos capitais próprios das participadas, ou a mensuração subsequente continua ao custo, pelo que é sujeita a testes de imparidade em função do apresentado pelas DF's das participadas. E pelo método do custo para as seguintes entidades:

- . Águas de Lisboa e Vale do Tejo;
- . Valnor - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.; e
- . Fundo de Apoio Municipal.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no Classificador Complementar (CC).

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Z', 'F', 'ley', and 'Am'.



Explicativas

Nos termos do referido no preâmbulo à Portaria 189/2016 de 14 de julho, para efeitos e inventário e respetivas vidas úteis, exceto no caso dos edifícios e outras construções, mantiveram-se os critérios definidos pelo CIBE (Portaria 67112000 de 17 de abril) para os bens adquiridos até 31 de dezembro de 2019.

No que se refere aos ativos intangíveis, as amortizações encontram-se calculadas pelo período de tempo em que se encontra assegurada a utilização exclusiva do ativo. Nos casos em que tal não se verifica, os mesmos são sujeitos anualmente a testes de imparidade.

De notar que, atendendo à especificidade do setor da Administração Local e aos acontecimentos passados em termos de gestão de património, não se considerou, por não existir forma de calcular estimativa fiável, o eventual valor residual dos ativos, razão pela qual se considera ser nulo.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente pelo custo efetivo e deduzidas das perdas por imparidade. A imparidade foi estabelecida quando confirmado objectivamente que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Inventários

A mensuração inicial de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado. O consumo de inventários implica o reconhecimento no custo das mercadorias vendidas e consumidas, tendo como base o critério valorimétrico do inventário.

Imparidade de Ativos não depreciáveis

À data de 31-12-2022 foi avaliada a recuperabilidade das dívidas a receber de clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber. Para as situações em que se verificou mora superior a 12 meses procedeu-se ao registo da respetiva imparidade pelo montante da dívida.

Diferimentos

Foi adotado o princípio do acréscimo, tendo-se efetuado a imputação de gastos e rendimentos em função do seu período económico, independentemente da data do seu recebimento. As estimativas calculadas baseiam-se na informação mais recente.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large '7' and '76' at the top right, and several illegible signatures below.



Explicativas

Caixa e depósitos bancários

As disponibilidades (caixa e depósitos bancários) estão mensuradas ao valor nominal.

Reservas, Resultados Transitados, Ajustamentos em ativos financeiros e outras variações no património líquido

Os resultados transitados assentam na soma de resultados acumulados de períodos anteriores não afetos a outras rubricas do património líquido. No que se refere às "Reservas", estas resultam das aprovações de contas corridas em períodos anteriores, sendo de referir que nos termos da disposição 2.7.3.5 do POCAL, as "Reservas Legais" seriam necessárias pelo valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício. Quanto aos ajustamentos em ativos financeiros, estes estão relacionados com a movimentação contabilística associada ao efeito do MEP (Método da Equivalência Patrimonial), designadamente decorrentes de variações nos capitais próprios das participadas, lucros não atribuídos e ajustamentos de transição (decorrentes da primeira aplicação do MEP). As "Outras variações no património líquido" resultam das transferências e subsídios de capital obtidos (ocorrendo imputação a resultados no caso dos ativos depreciables), doações, cauções executadas e transferências de ativos.

Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Os órgãos de gestão procuram sustentar as suas expectativas de perda num ambiente de prudência, pelo que de acordo com a melhor e mais atualizada informação à data de relato são calculadas as situações que possam originar obrigações futuras.

Financiamentos obtidos

Atividades de financiamento são atividades que resultam em alterações na dimensão e composição do património líquido e nos empréstimos obtidos pela entidade e são reconhecidos pelo seu valor efectivo.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a pagar a fornecedores e outros credores encontram-se reconhecidos pelo valor efetivo, sendo o mesmo resultante das operações ocorridas entre as entidades.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'FV', '2', and other illegible marks.

Rédito e regime de acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. Observou-se o disposto na norma, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas. Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito. Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Rendimentos e gastos

Podem ter origem em transações com contraprestação, ou sem contraprestação, ou em outros eventos, como sejam, alterações de preços, oscilações (não realizadas), positivas ou negativas, nos valores de ativos e ou passivos, a realização de ativos através da sua depreciação ou amortização e a erosão do potencial de serviço ou dos benefícios económicos futuros através da ocorrência de situações de imparidade. Os rendimentos e os gastos podem surgir de transações individuais ou grupos de transações.

Resultados do período

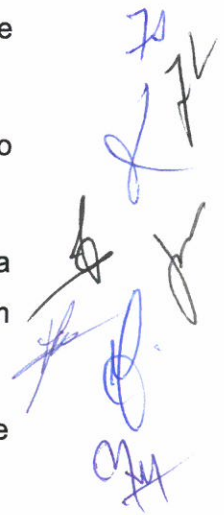
Correspondem à diferença entre rendimentos e gastos relatados na demonstração dos resultados.

Demonstração dos fluxos de caixa – consideradas as seguintes situações, conforme NCP 1:

Atividades de financiamento - atividades que resultam em alterações na dimensão e composição do património líquido e nos empréstimos obtidos pela entidade.

Atividades de investimento - atividades relacionadas com a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

Atividades operacionais - as atividades da entidade que não sejam atividades de investimento ou de financiamento.





Caixa - dinheiro e depósitos à ordem.

Equivalentes de caixa - investimentos a curto prazo de elevada liquidez, facilmente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estão sujeitos a um risco insignificante de alterações no valor.

Fluxos de caixa - influxos e efluxos de caixa e equivalentes de caixa

2.1 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de que uma entidade é uma entidade em continuidade e de que continuará a operar no futuro previsível.

Uma entidade deve divulgar em particular situações em que a sua continuidade e/ou a continuidade de alguns dos seus departamentos ou de fontes de financiamento, pode ficar comprometida. Por exemplo, pode ser aqui divulgada informação sobre os riscos decorrentes da redução de pessoal, de transferências obtidas ou de receitas de prestações de serviços, que a ocorrerem poderão conduzir à não satisfação os seus passivos e compromissos já assumidos.

3 — Ativos intangíveis

Em 2022 a quantia escriturada dos ativos intangíveis sofreu a seguinte movimentação conforme quadros a seguir apresentados.

Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período			Final do período				a	
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.		Quantia escriturada
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural (goodwill)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	,00
Projetos de desenvolvimento	49 443,29	1 893,51	0,00	47 549,68	49 443,29	18 196,33	0,00	31 246,96	,96
Programas de computador e sistemas de informação	567 145,83	392 397,08	0,00	174 748,75	678 808,12	490 106,98	0,00	188 698,14	,14
Propriedade industrial e intelectual	1 442 475,38	1 040 028,98	0,00	396 446,38	1 448 360,51	1 173 523,58	0,00	274 837,33	,33
Outros	102 430,03	102 430,03	0,00	0,00	102 430,03	102 430,03	0,00	0,00	,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	,00
Total	2 151 494,51	1 542 748,70	0,00	618 744,81	2 279 042,35	1 784 259,92	0,00	494 782,43	,43

4 — Acordos de concessão de serviços: Concedente

O Município tem actualmente um contrato de concessão de serviços a decorrer com a EDP Distribuição de Energia, SA referente à distribuição de energia em baixa tensão, mas o mesmo não implica pagamentos ao concessionário. De acordo com o



Explicativas

estabelecido em legislação específica (Decreto-Lei nº 344-B/82), o direito de distribuir energia elétrica em baixa tensão em Portugal está atribuído aos municípios. No entanto, através da celebração de contratos de concessão, por períodos que, de uma forma geral, ascendem a 20 anos, esse direito foi concedido à EDP Distribuição, podendo os referidos contratos cessar pelo decurso do prazo, por rescisão ou por resgate por parte do concedente, com aviso prévio de pelo menos 1 ano e mediante pagamento de indemnização à concessionária. Estas concessões têm como contrapartida o pagamento de uma renda aos municípios concedentes. O Anexo IV a este documento explicita os bens afetos a esta concessão.

5 — Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo de aquisição e reclassificados segundo os códigos para efeitos de cadastro dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento, registados na Classe 4 do subsistema de contabilidade financeira. É utilizado o método das quotas constantes ou da linha reta para calcular as depreciações, conforme nota 7 do Classificador complementar 2 que substitui a Portaria nº 671/2000 de 17 de abril que aprovou o CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

Em 2022 a quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis sofreu a seguinte movimentação conforme quadros a seguir apresentados.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the letters 'H' and 'Jh' at the top, and several illegible signatures below.



Explicativas

Ativos fixos tangíveis -- variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas (1)	Início do Período				Final do Período			
	Quantia Bruta (2)	Amortizações Acumuladas (3)	Perdas por imparidade Acumuladas (4)	Quantia escritura (5) = (2)-(3)-(4)	Quantia Bruta (6)	Amortizações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escritura (9) = (6)-(7)-(8)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	999 560,39 €	3 583,75 €		995 976,64 €	999 560,69 €	3 583,75 €		995 976,94 €
Edifícios e outras construções	432 709,74 €	128 641,43 €		304 068,31 €	1 170 998,50 €	149 462,03 €		1 021 536,47 €
Infraestruturas	50 970 569,34 €	37 817 100,66 €		13 153 468,68 €	51 456 989,56 €	39 401 943,39 €		12 055 046,17 €
Património histórico, artístico e cultural	625 546,58 €	72,10 €		625 474,48 €	627 892,42 €	101,26 €		627 791,16 €
Outros bens de domínio público	95 922,96 €	3 420,00 €		92 502,96 €	108 853,26 €	3 420,00 €		105 433,26 €
	53 124 309,31 €	37 952 817,94 €	- €	15 171 491,37 €	54 364 294,43 €	39 558 510,43 €	- €	14 805 784,00 €
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	2 806 092,22 €			2 806 092,22 €	2 741 574,94 €			2 741 574,94 €
Edifícios e outras construções	23 956 475,29 €	5 760 741,54 €		18 215 733,75 €	24 767 892,27 €	6 236 062,11 €		18 531 830,16 €
Equipamento básico	4 958 425,52 €	4 093 073,46 €		865 350,16 €	5 224 278,32 €	4 306 632,59 €		917 645,73 €
Equipamento de transporte	3 436 433,79 €	2 218 963,55 €		1 216 470,38 €	3 778 537,64 €	2 513 473,55 €		1 265 064,09 €
Equipamento administrativo	1 251 948,43 €	921 539,96 €		330 408,47 €	1 407 912,75 €	1 011 325,38 €		396 587,37 €
Equipamentos biológicos	10 117,17 €	4 700,07 €		5 417,10 €	10 117,17 €	5 515,67 €		4 501,50 €
Outros	2 758 170,59 €	1 735 228,06 €		1 022 942,83 €	3 417 841,26 €	1 998 795,25 €		1 419 045,01 €
Adiantamento por conta de Ativos fixos tangíveis em curso				- €				- €
Ativos fixos tangíveis em curso	3 330 380,35 €			3 330 380,35 €	3 212 597,51 €			3 212 597,51 €
	42 547 941,70 €	14 753 245,84 €	- €	27 793 794,86 €	44 560 751,56 €	16 071 905,55 €	- €	28 488 846,31 €
Total	95 671 551,01 €	52 706 064,78 €	- €	42 965 286,23 €	98 925 046,29 €	55 630 415,98 €	- €	43 294 630,31 €

Rubricas (1)	Quantia Escritura Inicial (2)	Variações						Quantia Escritura Final (11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
		Adições (3)	Transferências Internas à Entidade (4)	Reversões Perdas Por Imparidade	Perdas Por Imparidade (7)	Depreciações do Período (8)	Alienações (9)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	995 976,94 €							995 976,94 €
Edifícios e outras construções	304 068,31 €	1 758,59 €	736 530,17 €			- 20 820,60 €		1 021 536,47 €
Infraestruturas	13 153 468,68 €	109 405,90 €	444 288,75 €			- 1 584 842,73 €	- 67 274,43 €	12 055 046,17 €
Património histórico, artístico e cultural	625 474,48 €	2 345,84 €				- 29,16 €		627 791,16 €
Outros bens de domínio público em curso	92 502,96 €	11 870,30 €	1 060,00 €					105 433,26 €
	15 171 491,37 €	125 380,63 €	1 181 878,92 €	- €	- €	- 1 605 692,49 €	- €	14 805 784,00 €
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	2 806 092,22 €						- 64 517,28 €	2 741 574,94 €
Edifícios e outras construções	18 215 733,75 €	25 283,08 €	746 133,90 €			- 455 320,17 €		18 531 830,16 €
Equipamento básico	865 350,16 €	208 855,41 €	57 001,29 €			- 214 559,13 €		917 645,73 €
Equipamento de transporte	1 216 470,38 €	943 103,91 €				- 294 510,20 €		1 265 064,09 €
Equipamento administrativo	330 408,47 €	141 302,54 €	14 861,77 €			- 89 785,42 €	- 199,99 €	396 587,37 €
Equipamentos biológicos	5 417,10 €					- 915,60 €		4 501,50 €
Outros	1 022 942,83 €	347 108,62 €	312 561,75 €			- 263 568,19 €		1 419 045,01 €
Adiantamento por conta de Ativos fixos tangíveis em curso	- €							- €
Ativos fixos tangíveis em curso	3 330 380,35 €	2 194 654,79 €	- 2 312 437,63 €					3 212 597,51 €
	27 793 794,86 €	3 260 306,35 €	- 1 181 878,92 €	- €	- €	- 1 318 658,71 €	- 64 717,27 €	28 488 846,31 €
Total	42 965 286,23 €	3 385 686,98 €	- €	- €	- €	- 2 924 351,20 €	- 64 717,27 €	43 294 630,31 €

8 -- Locações

Não aplicável.



7 --- Custos de empréstimos obtidos

Consultar informação no anexo III que segue o estipulado pelo Tribunal de Contas.

8 --- Propriedades de investimento

Não aplicável.

9 --- Imparidade de ativos

Segue-se a informação sobre a quantia recuperável dos ativos.

Imparidade de Ativos

Classes	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão de imparidades	Quantia Recuperável
Depósitos a ordem	3 326 664,35	0,00	0,00	3 326 664,35
Outros depósitos	319 176,88	0,00	0,00	319 176,88
Outros instrumentos financeiros a curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores e credores por transferências, autoliquidos e empréstimos bonificados	25 044,84	0,00	0,00	25 044,84
Clientes, contribuintes e utentes	720 858,56	630 030,51	0,00	90 828,05
Fornecedores	37 227,85	0,00	0,00	37 227,85
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros contas a receber e a pagar	258 549,29	242 374,11	0,00	16 175,18
inventários estoques e bens a transferir	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercadorias	38 742,13	6 834,73	0,00	31 907,40
Reservas-primas, subvenções e de consumo	490 587,86	134 908,86	0,00	355 679,18
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e rejeitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros	4 306 641,74	0,00	0,00	4 306 641,74
Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos não tangíveis	40 082 032,80	0,00	0,00	40 082 032,80
Ativos intangíveis	494 782,43	0,00	0,00	494 782,43
Investimentos em curso	3 212 597,51	0,00	0,00	3 212 597,51
Ativos não correntes decaídos para venda	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	53 314 906,24	1 014 148,03	0,00	52 300 758,21

10 --- Inventários

O custo de cada item de inventário foi determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens iguais adquiridos durante o ano de 2022 -- custo médio ponderado. A seguir é apresentado quadro resumo da conta da classe 3 -- Inventários e os movimentos ocorridos no período.

Inventários

Rubrica (1)	Quantia Bruta (2)	Imparidade Acumulada (3)	Quantia Recuperável (4) = (2)-(3)
Mercadorias	38.742,13	6.834,73	31.907,40

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'ADN'.



Explicativas

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	490.587,86	134.908,68	355.679,18
Produtos acabados e intermédios Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos Produtos e trabalhos em curso			
Total	529.329,99	141.743,41	387.586,58

Inventários: Movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período						Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos	Var. Inv. Produção	Perdas por imparidade	Reversões Perdas por Imparidade	Outras reduções de Inventários	
Mercadorias	3.164,38	32.617,04	8,69		3.865,33			31.907,40
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	382.032,85	186.615,65	194.991,45		17.977,87			355.679,18
Produtos acabados e intermédios Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos Produtos e trabalhos em curso								
Total	385.197,23	227.608,49	195.000,14	0	21.843,20			387.586,58

11 — Agricultura

Não aplicável.

12 — Contratos de construção

Não aplicável.

13 — Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.

O Património/capital do Município ascende a 50.938.934,89€ e encontra-se totalmente realizado. Ver DAPL 2022 e 2021.

14 — Rendimento de transações com contraprestação



Os rendimentos são reconhecidos quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e quando estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. Os rendimentos de transacções com contraprestação são normalmente vendas e prestações de serviços. De notar que o Município aprova a tabela de taxas que suporta a cobrança de receita própria relacionada com vendas e prestações de serviços, encontrando-se a mesma publicada no portal do Município.

Rendimento de transacções com contraprestação até 31/12/2022

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
704 Taxas, multas e outras penalidades					
7041 Taxas	3 872,33	0,00	0,00	0,00	0,00
7043 Taxas específicas dos autarquias locais	42 680,98	0,00	0,00	0,00	0,00
7044 Multas e outras penalidades	16 171,32	0,00	0,00	0,00	0,00
71 Vendas					
711 Mercadorias	248 324,07	0,00	0,00	0,00	0,00
712 Produtos acabados e intermédios	43 718,57	0,00	0,00	0,00	0,00
72 Prestação de serviços					
7207 Serviços específicos das autarquias locais	353 929,33	0,00	0,00	0,00	0,00
7208 Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	190 295,77	0,00	0,00	0,00	0,00
7213 Reparações	718,69	0,00	0,00	0,00	0,00
7299 Outros serviços	68 300,13	0,00	0,00	0,00	0,00
78 Outros rendimentos					
781 Rendimentos suplementares	8 338,20	0,00	0,00	0,00	0,00
785 Rendimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	31 234,39	0,00	0,00	0,00	0,00
787 Rendimentos em investimentos não financeiros	408 361,69	0,00	0,00	0,00	0,00
7881 Correções relativas a períodos anteriores	8 664,39	0,00	0,00	0,00	0,00
7886 Outros não especificados	17 451,85	0,00	0,00	0,00	0,00
79 Juros, dividendos e outros rendimentos similares	8 649,77	0,00	0,00	0,00	0,00
79 Juros, dividendos e outros rendimentos similares					
Total:	1 444 681,26	0,00	0,00	0,00	0,00

15 -- Rendimento de transacções sem contraprestação

As transacções sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências ou subsídios. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviços obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas e criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências e subsídios são rendimentos mas sem a obrigatoriedade de devolução ou de prestação de um serviço em valor equivalente.



Rendimento de transações sem contraprestação até 31/12/2022

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
701 Impostos Diretos					
70103 Derrama	30 535,34	0,00	0,00	0,00	0,00
70105 Imposto municipal sobre imóveis	672 271,39	0,00	0,00	0,00	0,00
70106 Imposto único de circulação	118 421,40	0,00	0,00	0,00	0,00
702 Impostos Indiretos					
70210 Imposto municipal sobre as transações onerosas de imóveis	275 676,46	0,00	0,00	0,00	0,00
74 Trabalhos para a própria entidade	50 366,44	0,00	0,00	0,00	0,00
75 Transferências e subsídios correntes obtidos					
75111 Estado	7 039 306,21	0,00	0,00	0,00	0,00
75112 Serviços e Fundos Autónomos	712 966,76	0,00	0,00	0,00	0,00
75113 Administração Local	6 455,37	0,00	0,00	0,00	0,00
75115 Segurança Social	17 774,26	0,00	0,00	0,00	0,00
7514 Resto do Mundo	120 842,30	0,00	0,00	0,00	0,00
7515 Sociedades e quase sociedades não financeiras	147 723,66	0,00	0,00	0,00	0,00
7519 Outras entidades	6 666,14	0,00	0,00	0,00	0,00
76 Reversões					
761 De depreciações e de amortizações	4,10	0,00	0,00	0,00	0,00
765 De provisões	20 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7883 Imputação de subsídios e transferências para investimentos	869 342,49	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	10 036 616,16	0,00	0,00	0,00	0,00

16 — Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Relativamente aos diversos processos judiciais em curso e após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual de contas, as provisões foram reduzidas em 20.000,00€ uma vez que o processo já se encontra resolvido, em relação ao processo judicial com Associação Municipios Natureza e Tejo perdemos a ação judicial pelo que foi necessário reforçar em 150.000,00€ o valor de provisões. Relativamente ao processo com a Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto foi também reforçada a provisão em 3.589,62€.

Município de Nisa

Ano: 2022

Provisões	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia Escriturada Final
		Reforços	Aumentos	Outros Aumentos	Total Aumentos	Utilizações	Reversões	Outras Diminuições	Total Diminuições	
Impostos, taxas, contribuições e juros de mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	103 582,21	153 589,62	20 000,00	0,00	173 589,62	20 000,00	20 000,00	0,00	40 000,00	237 171,83
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação e reorganização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	103 582,21	153 589,62	20 000,00	0,00	173 589,62	20 000,00	20 000,00	0,00	40 000,00	237 171,83

17 — Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

18 — Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados de curto prazo incluem os salários, ordenado, eventuais retribuições por trabalho extraordinário, subsídio de refeição, subsídio de férias, subsídio de natal, remunerações por doença, maternidade/paternidade, ajudas de custo e outros suplementos remuneratórios. Encontram-se ainda incluídas as quotizações para a Segurança Social e o seguro de acidentes de trabalho.

A eventual existência de rescisões de contratos de trabalho estes são reconhecidas como gastos do período em que ocorrem.

Quanto às remunerações praticadas, estas ascendem a:

- a) Órgãos autárquicos: 138.646 €
- b) Remunerações do Pessoal: 3.289.230€

Relativamente aos direitos com férias e subsídio de férias do pessoal vencidos em 31 de dezembro de 2022 e a liquidar no decorrer de 2023, estes ascendem a 473.213 €.

19 — Outras Divulgações

19.1 Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos com estado e outros entes públicos no exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 são detalhados conforme se segue:

Descrição	2022	2021
Activo Corrente		
Estado e Outros Entes Públicos	77 809,05 €	0,00 €
Passivo Corrente		
Estado e Outros Entes Públicos	49 486,66 €	73 067,83 €

19.2 Fornecimentos e Serviços Externos

Os gastos em Fornecimentos e serviços externos no exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 são detalhados conforme se segue:



Explicativas

Descrição	2022	2021
Subcontratos	554 313,12 €	1 018 423,72 €
Trabalhos especializados	408 996,82 €	476 275,29 €
Publicidade e propaganda	54 260,87 €	30 755,80 €
Vigilância e segurança	13 324,28 €	595,32 €
Honorários	109 995,00 €	77 393,87 €
Comissões	25 976,35 €	28 438,08 €
Conservação e reparação	254 912,75 €	175 687,69 €
Outros Serviços Especializados	23 999,37 €	4 194,41 €
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	5 342,57 €	4 124,17 €
Material de escritório	8 102,82 €	2 635,10 €
Artigos para oferta	52 129,36 €	64 766,30 €
Material de educação, cultura e recreio	9 427,90 €	6 854,33 €
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	57 342,88 €	8 682,61 €
Medicamentos	19,70 €	- €
Electricidade	102 209,28 €	200 868,00 €
Combustíveis	203 319,52 €	128 547,79 €
Água	21 503,40 €	- €
Deslocações e estadas	- €	144,15 €
Transportes de pessoal	1 240,96 €	2 746,14 €
Transporte escolar	131 314,45 €	115 175,56 €
Transportes de mercadorias	238,22 €	617,29 €
Rendas e alugueres	140 491,64 €	44 542,15 €
Comunicação	132 504,09 €	121 652,37 €
Seguros	89 802,87 €	58 180,51 €
Despesas de representação	- €	- €
Limpeza, higiene e conforto	- €	- €
Outros FSE's	531 252,75 €	191 937,09 €
Total	3 032 020,97 €	2 763 237,74 €

19.3 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal no exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 são detalhados conforme se segue:

Descrição	2022	2021
Remunerações dos órgãos autárquicos	138 645,44 €	135 939,18 €
Remunerações dos órgãos sociais	- €	1 050,56 €
Remunerações do pessoal	3 289 229,40 €	3 256 371,27 €
Benefícios pós-emprego	6 903,25 €	4 841,53 €
Indemnizações	- €	- €
Encargos sobre remunerações	898 449,06 €	893 408,28 €
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	37 805,71 €	31 874,92 €
Outros gastos com o pessoal	338,99 €	- €
Outros	12 573,63 €	13 403,65 €
Total	4 383 945,48 €	4 336 889,39 €

Handwritten signatures and initials in blue ink.



19.4 Transferências e subsídios concedidos e Prestações Sociais

Os gastos em transferências e subsídios concedidos no exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 são detalhados conforme se segue:

Descrição	2022	2021
Transferências correntes concedidas	692 015,58 €	417 323,84 €
Subsídios correntes concedidos	66 477,75 €	16 796,98 €
Transferências de capital concedidas	79 954,22 €	93 659,46 €
Outros subsídios e transferências de capital	- €	15 000,00 €
Prestações sociais concedidas	- €	4 217,80 €
Total	838 447,55 €	546 998,08 €

19.5 Outros Rendimentos e Ganhos

A decomposição de outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, é conforme se segue:

Descrição	2022	2021
Rendimentos suplementares	8 338,20 €	21 605,64 €
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	408 361,69 €	377 928,15 €
Outros	895 458,53 €	748 664,38 €
Total	1 312 158,42 €	1 148 198,17 €

19.6 Outros Gastos e Perdas

A decomposição de outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, é conforme se segue:

Descrição	2022	2021
Impostos	33 109,78 €	56 157,22 €
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	64 517,28 €	45 427,32 €
Outros	41 202,17 €	37 217,29 €
Total	138 829,23 €	138 801,83 €

19.7 Juros e gastos similares suportados



Explicativas

Os Juros e outros gastos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são detalhados conforme se segue:

Descrição	2022	2021
Juros Suportados	8 696,62 €	6 658,33 €
Total	8 696,62 €	6 658,33 €

19.8 Juros e gastos similares suportados

Os Juros e rendimentos similares obtidos reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são detalhados conforme se segue:

Descrição	2022	2021
Juros Obtidos	8 649,77 €	- €
Total	8 649,77 €	- €

20 --- Divulgações de partes relacionadas

(Montantes expressos em euros)

Entidades / Fundos		Participação			Valor contabilizado a 31/12/2021	Aplicação do MEP	Outras Variações de Capital Próprio	Valor contabilizado a 31/12/2022
Denominação	Naturaleza da entidade	NIPC	Data subscrição	%				
Águas do Vale do Tejo, SA	Sociedade Anónima	513606130	31/03/2001	0,31	256 555,00	0,00	0,00	256 555,00
VALNOR - Valorização e tratamento de resíduos sólidos do Norte Alentejano, SA	Sociedade Anónima	505255090	05/04/2001	1,69	123 370,97	0,00	0,00	123 370,97
Águas do Alto Alentejo, EIM, SA	Sociedade Anónima	516160893	01/10/2020	14,99	2 661 763,00	31 234,39	885 249,30	3 578 246,69
Fundo de apoio Municipal	Fundo	513319182	25/06/2015		346 466,50	N/a	N/a	348 466,50

A entidade adquiriu uma participação financeira, mensurada ao justo valor, na empresa Águas do Alto Alentejo EIM SA que foi realizada por entrada em espécie de alguns dos seus ativos fixos tangíveis conforme escritura efetuada em 29 de setembro de 2020. O valor registado no seu balanço relativo a esta participação financeira à data de 31-12-2022 apresenta-se em 3.578.247€. Durante o exercício de 2022 procedeu-se ao ajustamento da sua participação pelo método da equivalência patrimonial que incrementou a sua participação em 916.484€.



No que respeita às transações entre partes relacionadas, a listagem abaixo evidencia as que ocorrem entre o Município de Nisa e as suas partes relacionadas:

Entidade Relacionada	Natureza do relacionamento	Transação		Saldo Final do Período
		Tipo	Quantia	
Águas do Vale do Tejo, SA	Entidade Controlada	Prestação de Serviços	362 834,30 €	- €
VALNOR - Vacinação e tratamento de resíduos sólidos do Norte Alentejano, SA	Entidade Controlada	Prestação de Serviços	194 960,17 €	- €
Águas do Alto Alentejo, EIM, SA	Entidade Controlada	Prestação de Serviços	34 884,45 €	- €

21 --- Relato por segmentos

Não aplicável.

22 --- Interesses em outras entidades

Não aplicável.

23 --- Acontecimentos após a data de relato

A guerra na Ucrânia, será um fator que terá certamente um impacto significativo no exercício de 2023.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Nisa , 12 de junho de 2023